CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER N° 156/71

Aprovado em 3/5/71

Aprova a devolução dos autos à CESESP.

PROCESSO FFCL - Marília- n° 338/70.
INTERESSADO - SYLVIO FERNANDO PAES DE BARROS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS
RELATOR - Conselheiro OLAVO BAPTISTA FILHO

O Sr. Sylvio Fernando Paes de Barros, tendo participado de concurso de títulos para provimento do cargo de regente da cadeira de Ciência Política, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, teve sua aceitação recusada.

O Edital referente ao Concurso foi publicado no Diário Oficial do Estado em 13.01.1970, e nele se: fazia menção de que a Faculdade poderia solicitar prova didática, além da apresentação de títulos.

Ao examinar o processo anteriormente, deparei com dois documentos que me pareceram muito importantes para me ilustrar com maior segurança sobre o ocorrido. Tratam-se da representação feita pelo candidato Sylvio Fernando Paes de Barros, dirigida ao Coordenador da CESESP, e, outra dirigida pelo Sr. Helton Alves Faleiros, Coordenador do Departamento de Ciências Sociais da referida Faculdade, endereçada também ao Sr. Coordenador da CESESP.

Ambos os documentos historiam os fatos com minúcias. Ao lê-los encontrei à fls. 363 a seguinte manifestação do Prof. Helton:

"... O Sr. Sylvio Frenando Paes de Barror foi Convidado, (o grifo é do autor), bem como os demais candidatos, a proferir a referida palestra em dia e hora mais propícia ao candidato. Todos os candidatos aceitaram tal convite que embora não expresse no edital 01/70 ... etc".

Vê-se que há contradição entre a afirmação do Sr. Coordenador do Departamento de Ciências Sociais e o que se lê no Edital, Louvando-me na informação supra cheguei a interpretar os fatos doutra forma, isto é, de que teria havido exorbitância na realização da prova didática, o que de fato não houve, pois o edital a prévia.

As duas representações, a do candidato e a do Coordenador de Ciências Sociais da Faculdade foram endereçadas, já afirmei à CESESP. Assim, no presente caso, o Conselho Estadual de Educação não foi abrangido pela competência de apreciar o mérito, pois, não houve recurso de candidato prejudicado, que tenha sido oferecido ao exame deste Colegiado.

Portanto, cabe devolver o presente à CESESP. Todavia, de passagem, cabe-me apontar fato processual que julgo irregular, isto é, o da ter o Sr. Coordenador do Departamento de Ciências Sociais se dirigido diretamente ao Coordenador da CESESP, quando a meu ver deveria o ato ter cabido ao Sr. Diretor da Faculdade.

Este meu parecer s.m.j.

Sala das sessões da C.L.N., em 26 de abril de 1971»

(aa) Conselheiro SEBASTIÃO H. DA CUNHA PONTES-
Presidente

Conselheiro OLAVO BAPTISTA FILHO - Relator

Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES

Conselheiro PÉRSIO FURQUIM REBOUÇAS